

Fiat lux! Uma revisão da abordagem brasileira sobre administração pública e corrupção

Marcos Eustáquio Soares
Mestre em Administração
Caixa Econômica Federal

Resumo

Esta revisão sistemática teve por objetivo fazer um levantamento detalhado da produção acadêmica brasileira sobre o tema corrupção nos principais periódicos sobre gestão e áreas afins no mesmo segmento do Sistema Qualis/CAPES. A amostra analisada atingiu 175 artigos, publicados em 54 periódicos diferentes, entre 1994 e fevereiro de 2020. Os artigos foram classificados em dez categorias ou subtemas. Constatou-se que 30,3% das pesquisas foram publicadas em apenas três periódicos: Revista Opinião Pública (Unicamp), Revista de Ciências Contábeis e Organizações (USP) e Revista de Administração Pública (FGV). Alinhando-se a algumas agendas internacionais adicionalmente pesquisadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*, a categoria predominante foi a de artigos focados em prevenção, controle e combate à corrupção. Como principal resultado da investigação, foram selecionadas cerca de cinquenta agendas de pesquisas mais recentes, sendo uma delas vinculada ao alerta da organização Transparência Internacional sobre o alto risco de corrupção na compra de medicamentos e equipamentos para combate à COVID-19. Por fim, e como contribuição original, sugeriu-se a pesquisa das possíveis relações entre aditivos contratuais e corrupção nas compras e nas obras realizadas pelos órgãos públicos nacionais.

Palavras-chave: administração pública; corrupção; revisão sistemática

Introdução

No senso comum da maioria das sociedades contemporâneas, o simples fato de se ouvir ou se ler a palavra corrupção causa desconforto. Contudo, e até hoje, algumas culturas toleram a corrupção ou até mesmo não percebem nem interpretam certos comportamentos como sendo corruptos. Para a ciência, a corrupção é um fenômeno multifacetado, multidisciplinar e que, por ocorrer em escala global, precisa ser mais estudado, sobretudo pelas suas consequências nas histórias de todas as civilizações.

Dentre outras coisas, a corrupção ocasiona a desconfiança nas instituições, fomenta a desigualdade e a pobreza, degrada o meio ambiente e compromete o desenvolvimento econômico (Transparência Internacional, 2020c). De acordo com o Fundo Monetário Internacional (2016), estima-se que o custo anual mundial com subornos, isoladamente, seja da ordem de dois trilhões de dólares. Esse número deve ser ainda maior quando se pensa nas diversas formas de corrupção existentes. Como se verá ao longo deste artigo, essa é uma mensuração complexa e que tem merecido esforços da comunidade acadêmica há décadas.

Muitos autores clássicos concluíram que existe uma espécie de simbiose entre a corrupção e a burocracia. Para Huntington (1968, p. 69), por exemplo, “a única coisa pior que uma sociedade com uma burocracia rígida, supercentralizada e desonesta é aquela com uma burocracia rígida, supercentralizada e honesta”. Porém, além da burocracia, há outras causas em jogo e compreendê-las em profundidade é fundamental para se combater a corrupção, quiçá no seu nascedouro. Sob esse aspecto, inclusive, esta revisão sistemática identificou pesquisas em nível mundial onde os objetos de estudos são o emprego de tecnologias como a inteligência artificial na detecção precoce de indícios de corrupção e o *blockchain* no aumento da segurança nas compras públicas por meios digitais.

Em alguns dos artigos analisados ao longo da construção deste artigo, houve menções claras à escassez de estudos sobre a corrupção no âmbito da ciência da administração, o que no

contexto brasileiro pareceu ser ainda mais verdadeiro. Ora, se as consequências da corrupção para a sociedade e as empresas privadas ou públicas são tão danosas quanto a mídia vem noticiando e várias ciências já comprovaram, por que isso ocorre?

A pergunta que levou à construção deste trabalho foi **“Como o tema corrupção é pesquisado pelos autores nacionais e acolhido nos periódicos situados nos estratos superiores do sistema Qualis/CAPES relativos à gestão e áreas afins?”**. Na tentativa de responder, este trabalho está estruturado em seis partes.

Nesta introdução, a intenção foi despertar o interesse do leitor para o tema estudado. Na segunda parte, o propósito foi explorar alguns dos conceitos de corrupção, fazendo com que a audiência se familiarize com o objeto de estudo. A terceira seção se ocupou de relatar os procedimentos metodológicos que levaram à seleção dos artigos revisados. Na quarta seção, que pode ser considerada a mais relevante deste artigo, realizou-se uma análise descritiva da literatura considerada. Na quinta sessão, destacaram-se os achados de algumas revisões sistemáticas internacionais e outros artigos recentes sobre o tema corrupção, com o intuito de permitir que o leitor compare as agendas em curso e tenha seus próprios *insights* sobre qual ou quais delas queira percorrer. Finalmente, a última seção trouxe as conclusões, as limitações do trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

Referencial teórico

Na base de periódicos da CAPES, por meio de uma busca simples com o descritor “*corruption*” no campo título, encontram-se artigos revisados por pares desde o final do século XIX. Todavia, notou-se que o tema adquiriu relevância nas pesquisas acadêmicas internacionais a partir da década de 1960, fato esse evidenciado com a publicação dos trabalhos seminais de McMullan (1961), que esboçou uma teoria da corrupção a partir de casos ocorridos em colônias e ex-colônias britânicas na África ocidental, de Leff (1964), que se concentrou nos efeitos da corrupção burocrática no desenvolvimento econômico, e de Nye (1967), que fez uma análise da relação custo *versus* benefícios da corrupção, com ênfase nos países em desenvolvimento.

Com artigos escritos já nas duas décadas posteriores, outros autores de destaque na literatura são Heidenheimer (1970), que abordou as diferentes formas de percepção, hierarquizou diferentes níveis de corrupção política e também editou livros de referência mundial sobre o tema, Rose-Ackerman (1975, 1978), que se dedicou ao estudo da corrupção sob o viés político-econômico, e também Klitgaard (1988), que conduziu estudos sobre o controle da corrupção nos países em desenvolvimento e também propôs uma fórmula na qual a corrupção seria igual ao monopólio mais a discricionariedade do agente menos a *accountability* ($C = M + D - A$).

Corrupção é algo cuja definição não é consensual na literatura, variando no tempo e no contexto de diferentes ciências e culturas (Brei, 1996; Miari, Mesquita, & Pardini, 2015; Rose-Ackerman & Palifka, 2016; Silva, 1994). Segundo Tanzi (1998), a corrupção é como um elefante, um animal grande e aparentemente difícil de se definir, porém facilmente reconhecível quando se o vê. O problema é que, pela sua natureza, a corrupção busca se ocultar.

Na sua origem histórica formal, a palavra fez parte do título da obra “Sobre a geração e a corrupção”, de Aristóteles (2009), escrita há cerca de 2.350 anos. Naquele livro, a corrupção se referiu à decomposição, à degradação ou até mesmo à putrefação de um corpo material, sentido esse que, ao longo do tempo, transcendeu para o chamado “corpo político” e nele se fixou significando ruptura ou deterioração da moral dos gestores públicos (Avritzer, Bignotto, Guimarães, & Starling, 2012).

Uma definição simples e de amplo espectro é aquela dada pela Transparência Internacional (2020c), para a qual a corrupção é o uso abusivo do poder confiado, com vistas à obtenção de ganhos privados. Rose-Ackerman e Palifka (2016, p. 7) ponderaram que tal definição “captura o problema do agente principal na raiz de todos os tipos de corrupção

econômica e política - suborno, peculato, nepotismo, tráfico de influência, conflitos de interesses, fraude contábil, fraude eleitoral e assim por diante”. Adicionalmente, tal definição não restringe a corrupção como algo exclusivo do campo público, posto que ela também ocorre dentro das e entre as organizações privadas (Santos, Guevara, & Amorim, 2013; Silva, Pereira, Brito, & Capelle, 2005).

Miranda (2018), ao ter apresentado sua definição funcional para o fenômeno estudado neste artigo, argumentou que o peculato (apropriação indevida, por parte de um funcionário público, de um bem a que ele tenha acesso por causa do cargo que ocupa) e o nepotismo (favorecimento dos vínculos de parentesco, ao invés do mérito, no preenchimento de cargos públicos) não envolvem uma relação de troca monetária direta (pelo menos) e não devem ser considerados formas de corrupção. Complementarmente, Jain (2001, p. 73) lembrou que “lavagem de dinheiro, comércio de drogas e operações no mercado negro não constituem corrupção em si mesmos, porque não envolvem o uso do poder público”.

Evidenciando a essência comportamental intrínseca ao conceito e alinhando-se à definição dada pela Transparência Internacional, que coloca os agentes ativos e passivos da corrupção no centro da discussão, Silva (1994, p. 21) reforçou que a corrupção é “uma espécie de desvio de um padrão de conduta institucionalizado que se caracteriza principalmente pela utilização do público pelo privado com um manifesto propósito de favorecimento pessoal ou grupal”. Como se percebe, tentar definir o fenômeno corrupção a partir do objeto corruptor parece ser um equívoco. Ao contrário, a definição ou as definições mais próximas da realidade são aquelas centradas nos comportamentos dos corruptores e dos corrompidos.

Procedimentos metodológicos

Neste artigo, pretendeu-se fazer uma revisão sistemática da produção brasileira acerca do tema corrupção apenas nos estratos A1, A2, B1 e B2 dos periódicos nacionais listados no sistema Qualis/CAPES sobre administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo, triênio 2013-2016. Como será descrito pormenorizadamente na seção de análise descritiva, foram encontradas três revisões sistemáticas nacionais recentes (2018 e 2019) da literatura nacional e internacional sobre o tema corrupção e que, apesar de terem escopos diferentes do pretendido por este autor, serviram de ponto de partida.

A maior parte da presente pesquisa foi realizada no primeiro trimestre de 2020 e focou nos periódicos com títulos ou abordagens voltados para gestão empresarial, gestão pública, contabilidade, finanças, ciências políticas e ciências sociais. Isso resultou na listagem preliminar de 105 publicações, não havendo nenhuma delas no estrato A1 para o segmento pesquisado.

Na amostra inicial, optou-se por realizar uma busca restrita aos descritores “corrupção OR *corruption*” dentro do sítio de cada uma das 105 publicações, sem que houvesse delimitação temporal. Assim, foram encontrados 265 artigos em 60 periódicos diferentes, cobrindo o período de 1994 a fevereiro de 2020. A metodologia adotada excluiu a possibilidade da ocorrência de artigos em duplicidade.

Uma vez que a corrupção na esfera privada, a priori, não era o foco desta pesquisa, cada artigo relacionado foi submetido a uma nova filtragem, dessa vez pela leitura detalhada dos títulos e resumos, bem como *screening* feito com a ajuda da ferramenta de busca do Adobe PDF e o uso alternado dos descritores “público” ou “*public*”, já que também havia trabalhos publicados no idioma inglês. O *screening* permitiu identificar que noventa artigos tratavam a corrupção no setor público de maneira superficial, trazendo o termo de busca menos de cinco vezes ao longo de cada trabalho e, por vezes, apenas nas referências bibliográficas, razão pela qual eles foram excluídos.

Como pode ser visto na Tabela 1 (p. 4), após a eliminação dos artigos que não se adequaram aos critérios de busca, a amostra final ficou resumida a 175 artigos, distribuídos em 54 periódicos.

Tabela 1

Nome do periódico	Qualis	Quantidade	%	% Acumulado
Opinião Pública	B1	21	12,0%	12,0%
Revista de Contabilidade e Organizações	A2	17	9,7%	21,7%
Revista de Administração Pública - RAP	A2	15	8,6%	30,3%
Administração Pública e Gestão Social - APGS	B1	9	5,1%	35,4%
Novos Estudos CEBRAP	B1	8	4,6%	40,0%
Revista de Sociologia e Política	B1	7	4,0%	44,0%
Revista do Serviço Público	B2	7	4,0%	48,0%
Dados	A2	6	3,4%	51,4%
Revista de Administração USP - RAUSP	A2	5	2,9%	54,3%
Revista Brasileira de Ciência Política	B2	4	2,3%	56,6%
Revista Brasileira de Economia	B1	4	2,3%	58,9%
BBR - Brazilian Business Review	A2	3	1,7%	60,6%
Estudos Avançados	A2	3	1,7%	62,3%
Estudos Econômicos	B1	3	1,7%	64,0%
Nova Economia	B1	3	1,7%	65,7%
Organizações & Sociedade	A2	3	1,7%	67,4%
Revista Brasileira de Gestão e Negócios - RBGN	A2	3	1,7%	69,1%
Revista de Administração Contemporânea - RAC	A2	3	1,7%	70,9%
Revista de Administração de Empresas - RAE	A2	3	1,7%	72,6%
Revista de Ciências da Administração	B1	3	1,7%	74,3%
Revista Políticas Públicas	B2	3	1,7%	76,0%
Cadernos EBAPE	A2	2	1,1%	77,1%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	B2	2	1,1%	78,3%
Civitas - Revista de Ciências Sociais	B2	2	1,1%	79,4%
Enfoque Reflexão Contábil	B1	2	1,1%	80,6%
REAd	B1	2	1,1%	81,7%
Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2	2	1,1%	82,9%
Revista Contabilidade & Finanças	A2	2	1,1%	84,0%
Revista Contemporânea de Contabilidade	A2	2	1,1%	85,1%
Revista Universo Contábil	A2	2	1,1%	86,3%
Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	A2	1	0,6%	86,9%
Brazilian Administration Review - BAR	B1	1	0,6%	87,4%
Cademo CRH	B1	1	0,6%	88,0%
Ciências Sociais Unisinos	B2	1	0,6%	88,6%
Contabilidade, Gestão e Governança	B1	1	0,6%	89,1%
Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão	B1	1	0,6%	89,7%
Desenvolvimento em Questão	B2	1	0,6%	90,3%
Economia Aplicada	B1	1	0,6%	90,9%
Educação e Pesquisa	B1	1	0,6%	91,4%
Gestão & Planejamento	B2	1	0,6%	92,0%
Gestão e Sociedade	B2	1	0,6%	92,6%
Gestão, Finanças e Contabilidade	B2	1	0,6%	93,1%
Gestão.Org	B2	1	0,6%	93,7%
Intermex	B2	1	0,6%	94,3%
Pensar Contábil	B2	1	0,6%	94,9%
Revista de Administração e Inovação - RAI	B1	1	0,6%	95,4%
Revista Brasileira de Ciências Sociais	B1	1	0,6%	96,0%
Revista Brasileira de Finanças	B1	1	0,6%	96,6%
Revista de Administração da UFSM	B1	1	0,6%	97,1%
Revista de Administração FACES	B2	1	0,6%	97,7%
Revista de Administração Mackenzie	B1	1	0,6%	98,3%
Revista Gestão & Tecnologia	B2	1	0,6%	98,9%
Revista Organizações em Contexto	B2	1	0,6%	99,4%
Sociologias	B1	1	0,6%	100,0%

Considerando-se a amostra mencionada, verificou-se que apenas três periódicos (5,6% do total) concentraram 30,3% da produção científica sobre o tema corrupção na esfera pública: *i*) Revista Opinião Pública, do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp; *ii*) Revista de Contabilidade e Organizações, publicada pela USP; e *iii*) Revista de Administração Pública (RAP). Essa constatação, em si, sugere que os pesquisadores do tema corrupção devem direcionar suas submissões principalmente para aqueles três periódicos.

Ainda especificando os procedimentos metodológicos adotados para a confecção deste artigo, em alguns momentos da pesquisa sentiu-se a necessidade de recorrer a trabalhos semanais (publicados entre 1960 e 1999) ou recentes (publicados a partir de 2018) sobre o tema corrupção, ora na base de periódicos da CAPES ora em bases específicas como a *Web of Science* e a *Scopus*, utilizando os descritores “*corruption AND review*”. Isso se mostrou relevante no momento de cruzar, analisar e consolidar as agendas contemporâneas dos pesquisadores em nível local e mundial, bem como elencar sugestões para trabalhos futuros, agendas essas que foram evidenciadas nos dois próximos tópicos deste trabalho.

Análise descritiva da literatura

Esta seção se dedica a consolidar os principais achados ao longo da pesquisa que culminou neste artigo. O segundo e o terceiro parágrafos se referem especificamente às duas únicas revisões sistemáticas encontradas nos periódicos analisados, sendo a primeira oriunda da Revista de Administração Pública (RAP) e a segunda da Administração Pública e Gestão Social (APGS). No quarto parágrafo, inseriu-se a síntese de uma revisão sistemática da produção nacional sobre o tema corrupção apresentada no Encontro da ANPAD de 2018. Do quinto parágrafo em diante, fez-se uma análise descritiva sintética dos artigos mais recentes por categoria ou subtema de pesquisa, bem como das agendas de pesquisa sugeridas por seus autores, a qual se espera ser útil aos interessados em aprofundar seus estudos sobre o tema corrupção no âmbito da gestão pública. Após o término dessa parte descritiva, visando enriquecer o trabalho e para fins de comparação, confrontação e estimulação de *insights*, este trabalho trouxe excertos de algumas agendas de pesquisas apontadas em artigos recentes sobre o tema corrupção publicadas em periódicos internacionais.

Para Marani, Brito, Souza *et al.* (2018), as pesquisas sobre a corrupção se apresentavam em seis sentidos: *i*) são introdutórias; *ii*) são conceituais e fenomenológicas; *iii*) são paradigmáticas; *iv*) se ocupam da percepção, causas e consequências; *v*) pensam o controle da corrupção; e *vi*) investigam o tratamento dado pela mídia. Como lacunas para pesquisa, aqueles autores sugeriram a realização de estudos quantitativos, revisões nos bancos de teses e dissertações brasileiros, aplicação da técnica análise do discurso e, ainda, a produção de material didático sobre corrupção, a exemplo de casos para ensino.

Conforme Souza, Midlej e Silva e Gomes (2019), a literatura internacional sobre corrupção se ocupava de cinco temas centrais: *i*) conceito; *ii*) causas; *iii*) consequências; *iv*) formas de se medir; e *v*) formas de se combater a corrupção. Para aqueles autores, as futuras agendas de pesquisas deveriam incluir “os possíveis benefícios da corrupção, formas de se identificar e medir a corrupção, os efeitos das recentes reformas contra a corrupção no mundo e a transparência como medida adotada nos distintos países” (Souza *et al.*, 2019, p. 14), bem como realizar pesquisas documentais sobre o tema no Brasil.

Tomando como base uma revisão sistemática feita nas bases *Spell* e *Scielo*, bem como no banco de teses e dissertações da CAPES e nos anais dos eventos da ANPAD no recorte temporal de 2008 a 2017, Macedo e Valadares (2018) afirmaram que, no Brasil, a ciência do direito é a que mais se interessa pelo tema corrupção e que o mesmo ainda carecia de estudos no âmbito dos poderes legislativo e judiciário, bem como nos executivos estaduais. Esse achado, por si só, aponta para a existência de várias possibilidades de pesquisa no âmbito da ciência da administração, em especial no setor público.

No caso do Brasil, ainda, Bueno, Brelàz e Salinas (2016) argumentaram que havia seis grandes desafios a serem enfrentados pela administração pública brasileira: *i*) promoção de um governo aberto; *ii*) combate à corrupção; *iii*) o desafio das parcerias; *iv*) prestação de serviços baseada em conhecimento; *v*) compartilhamento dos serviços de apoio; e *vi*) o processo de tomada de decisão. Aqueles autores se alinham aos que atribuem origens históricas e culturais à corrupção no Brasil, tais como Oliveira Júnior, Costa e Mendes (2016) e, no que concerne à corrupção, sugeriram aprofundar as pesquisas sobre o financiamento público de campanhas eleitorais.

A partir dos trabalhos de Marani *et al.* (2018) e Souza *et al.* (2019) e demais considerações feitas ao final da seção de procedimentos metodológicos, este artigo sugere uma categorização um pouco mais ampla para os principais subtemas de pesquisa sobre corrupção, a saber: *i*) conceitos; *ii*) causas; *iii*) consequências; *iv*) percepção; *v*) prevenção, controle e combate; *vi*) publicização; *vii*) medição; *viii*) revisão sistemática; *ix*) perfil/conduita (dos agentes ativos e passivos); e *x*) qualidade da gestão.

As quatro primeiras categorias, ou seja, conceitos, causas, consequências e prevenção, controle e combate da corrupção são intuitivas para a sociedade em geral, no seu senso comum alimentado diariamente pela mídia. Para a comunidade acadêmica, a categoria revisão sistemática é autoexplicativa. Contudo, julgou-se ser necessário explicitar um pouco mais a categoria percepção, que neste artigo vai além da chamada visão microscópica da corrupção, atrelada ao pagamento e recebimento de propinas (Avritzer *et al.*, 2012), e da herança cultural brasileira, mais ancorada no coronelismo, mandonismo, clientelismo e patrimonialismo (Medeiros & Freitas Júnior, 2019).

Tratamento similar também foi dado à categoria publicização, aqui entendida como a vinda à tona de todas as formas de corrupção e por todos os canais de divulgação, tornando-as públicas por completo, a exemplo dos resultados de apurações disciplinares existentes nos diários oficiais do setor público brasileiro, não se limitando ao tratamento dado pela mídia na cobertura política das eleições majoritárias (Feres Júnior & Sassara, 2016; Gomes & Medeiros, 2019; Raupp & Gomes de Pinho, 2013) e aos recentes escândalos envolvendo empresas como a Petrobras (Medeiros & Silveira, 2018).

Quanto à oitava categoria, há consenso entre os pesquisadores de que mensurar a corrupção é algo complexo, sobretudo pelo encobrimento deliberado dos atos corruptos por parte daqueles que os praticam e tentam, de todas as formas possíveis, torna-los secretos (Abramo, 2005; Tanzi, 1998). Ao que tudo indica, a melhor tentativa genérica de se efetuar a mensuração do fenômeno talvez seja a da Transparência Internacional (2020b), que anualmente divulga um Índice de Percepção da Corrupção, no qual atualmente os países menos corruptos são a Dinamarca e a Nova Zelândia, o mais corrupto é a Somália e o Brasil ocupa a posição intermediária 106 em um *ranking* composto por 180 países. Todavia, essa é uma medida indireta, composta por outros indicadores que apresentam deficiências metodológicas sob o ponto de vista acadêmico (Budsaratragoon & Jitmaneroj, 2020). Pode-se, agora, explicitar a decisão pela criação das categorias perfil/conduita dos agentes e qualidade da gestão.

Embora o artigo de Sodré (2018) pudesse inicialmente ser incluído na categoria percepção da corrupção, a autora conduziu um estudo qualitativo destoante dos demais ao se dedicar ao perfil ou conduita de agentes corruptos ou corrompidos a partir do discurso de seus pares, isto é, servidores públicos das áreas de saúde, educação e segurança com mais de três anos de experiência funcional. No referido artigo, cuja originalidade justificou a criação desta nona categoria, aquela autora evidenciou a existência de uma organização informal na qual circulam boatos, pactos de silêncio e até mesmo censura quando da divulgação de casos internos de corrupção, sobretudo naqueles envolvendo superiores hierárquicos.

Outro artigo que fez uma abordagem diferente das demais pesquisadas, tornando-se assim a décima e última categoria, foi o de Olivieri, Martinelli, Massucatto e Silva (2018), que

a partir de relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre irregularidades na aplicação de recursos federais na área da educação, concluíram que algumas delas não se tratavam de corrupção em si, mas sim de problemas ocasionados pela má gestão dos recursos repassados pelo Ministério da Educação, tais como o armazenamento inadequado de alimentos da merenda escolar, a precariedade ou a superlotação do transporte escolar e o descumprimento da jornada de trabalho dos professores.

Embora parte dos 175 artigos pesquisados nesta revisão pudessem se encaixar majoritariamente em apenas uma das dez categorias já citadas, encontraram-se combinações de duas ou até três em alguns deles. No artigo de Lima, Rufino e Machado (2019), por exemplo, as categorias causas e consequências da corrupção se misturaram ao se aplicar a Teoria da Graxa Sobre Rodas (*Wheel Grease Theory*) para a compreensão do obstáculo criado pela burocracia no desenvolvimento de empresas instaladas no Mercosul.

De forma similar, o artigo de Arantes, Gusmão e Costa (2019), que analisou relatórios de *guidance* de empresas investigadas pela Polícia Federal durante as operações Carne Fraca, Lava Jato e Zelotes, reuniu as categorias publicização, consequências e prevenção, controle e combate da corrupção. Partindo para um outro nível de análise, entendeu-se que um estudo do percentual das frequências com que cada uma das dez categorias ou subtemas apareceu nos 175 artigos selecionados pudesse sugerir direções ou sentidos para pesquisas futuras. Uma vez que um mesmo trabalho podia apresentar uma miscelânea de subtemas, impedindo uma única categorização, foram computadas 249 frequências distribuídas entre as dez categorias presentes nos artigos, número esse que serviu de base para a geração da Figura 1 (abaixo), a qual foi analisada nos próximos parágrafos.

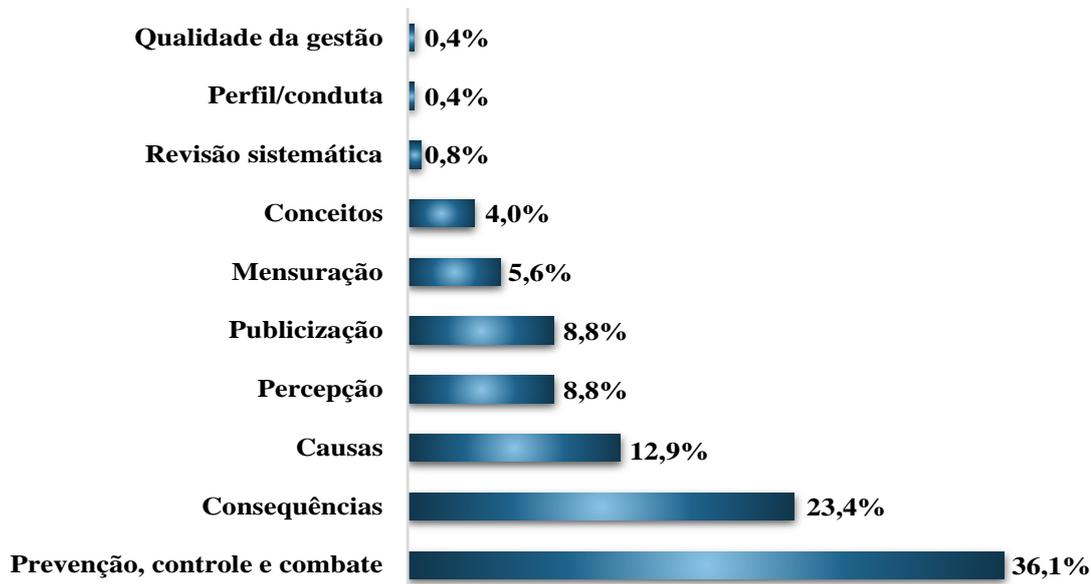


Figura 1 – Categorias/Subtemas de pesquisa sobre a corrupção

A categoria predominante foi a de prevenção, controle e combate à corrupção, abordada em 36,1% dos artigos pesquisados. Essa concentração talvez possa ser explicada pela tendência atual e mais consolidada de se compreender a corrupção como algo danoso para a sociedade (Gonçalves & Andrade, 2019; Lima, Freitas, Oliveira & Leocádio, 2018; Matos, 2015), fazendo um contraponto à corrente que, no final do Século XX, vinculava a celeridade do desenvolvimento econômico (em particular, dos países em desenvolvimento) ao destravamento da burocracia por meio do pagamento de propinas ou até mesmo pela prática legal do *rent-seeking* (Heidenheimer, 1970; Heidenheimer & Johnston, 2007; Rose-Ackerman, 1975, 1978).

Em termos de prevenção, controle e combate à corrupção, Klein, Klein e Luciano (2019) sugeriram pesquisar os aspectos sociais e psicológicos que motivam cidadãos a serem usuários de dados abertos governamentais e, por conta disso, venham a fazer análises críticas das prestações de contas dos agentes públicos. Nessa mesma linha, Nascimento, Macedo, Siqueira e Rabêlo Neto (2019) recomendaram que fossem feitos estudos acerca da literacia digital dos cidadãos e ainda sobre como a liberdade de expressão, de imprensa e a transparência (voz e *accountability*) atuam como mediadores da relação entre a difusão da *internet* e a corrupção governamental.

Ao concluírem pelo uso incipiente e relutante da inteligência artificial pelos técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) no combate à corrupção, Neves, Silva e Carvalho (2019) apresentaram como lacuna o estudo dos riscos e desafios inerentes ao uso daquela tecnologia. Uma outra questão para pesquisa envolvendo o TCU é saber se e até onde os partidos políticos influenciam aquele órgão na fiscalização de atos praticados por altas autoridades do Governo (Fonseca, 2019).

Ainda sob o ponto de vista do controle da corrupção, a literatura analisada neste artigo deu destaque ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União (CGU), que vigeu entre 2003 e 2015 e foi posteriormente remodelado e rebatizado para Programa de Fiscalização em Entes Federativos (Aranha, 2017; Batista, 2013; Loureiro, Abrucio, Olivieri, & Teixeira, 2012; Santos, Pereira, & Rodrigues, 2018). Como agenda para pesquisas futuras sobre aquele mecanismo, os autores enumeraram a transparência em relação à proposição, aprovação e execução de emendas do Orçamento Geral da União (Sodré & Alves, 2010) bem como a mensuração do nível de corrupção municipal (Caldas, Costa, & Pagliarussi, 2016).

Fechando a categoria prevenção, controle e combate à corrupção, foram encontradas recomendações para a realização de pesquisas comparativas subnacionais (Reis, Almeida, & Ferreira, 2018) e transnacionais (Garcia & Teodósio, 2020; Marino, Soares, Luca, & Vasconcelos, 2016; Nascimento, 2018; Silva, Santos, & Ribeiro, 2019), focando na existência e aplicação de instrumentos de *accountability* e controle social.

Em segundo lugar, com 23,4% de ocorrências, a categoria consequências da corrupção abarcou o aumento da pobreza das populações dos países em desenvolvimento (Lopes Júnior, Câmara, Rocha, & Brasil, 2018), a desconfiança nas instituições e nas autoridades públicas (Bonifácio, 2013; Power & Jamison, 2005), a diminuição da participação popular nos momentos e movimentos político-sociais (Bonifácio & Fuks, 2017; Bonifácio & Ribeiro, 2016), os efeitos sobre a bolsa de valores (Kimura, Kayo, Perera, & Kerr, 2012; Marcelo & Barros, 2019; Schmidt, Martins, Santos, & Kloeckner, 2018) e sobre o investimento estrangeiro direto (Ferreira, Carreira, Li, & Serra, 2016; Pessegueiro, Ferreira, Reis, & Pinto, 2018).

Como agendas para pesquisas futuras, os autores citados no parágrafo anterior sugeriram, dentre outras coisas, a realização de estudos transnacionais envolvendo ao mesmo tempo os países investidores e recebedores de investimentos, bem como uma ampla aplicação de métodos qualitativos, análise multinível, meta-análises, *surveys* e modelos para a avaliação do efeito moderador dos fatores culturais e comportamentais nos níveis de corrupção.

Dentro da vertente psicológica, Freitas Júnior e Medeiros (2018), após investigarem as estratégias de racionalização adotadas por pessoas envolvidas em escândalos de corrupção (negação de responsabilidade, negação de dano, negação de vítima, ponderações sociais, apelo para lealdades elevadas, negação do ato, metáfora do equilíbrio e postura cínica), sugeriram pesquisar se e como a culpa e o arrependimento se manifestam nos acusados.

A terceira categoria foi a de causas da corrupção, que apresentou 12,9% das ocorrências. Encaixou-se na mesma, por exemplo, o artigo de Campos, Castelar e Soares (2018), os quais afirmaram que a corrupção está mais presente nos municípios pouco desenvolvidos, de alta densidade demográfica, com fraco controle social e que são vizinhos de municípios com

problemas de corrupção, o que para aqueles autores confirmou a relação de vínculos causais da corrupção com a fragilidade institucional, o nível de renda e fatores educacionais.

Finalizando os exemplos enquadrados nesta categoria, outro trabalho a ser destacado é o de Rodrigues e Rodrigues (2019), que evidenciaram a existência de relação entre os *royalties* pagos às prefeituras de cidades do Estado de Minas Gerais ricas em minerais, a criação e a ocupação desproporcional de cargos públicos e as reeleições dos prefeitos. Nele, os autores recomendaram estudos adicionais para a verificação de relações entre riqueza mineral e corrupção no nível local.

As categorias percepção e publicização da corrupção, que guardam muitas similaridades entre si, ficaram empatadas na quarta posição, com 8,8% das ocorrências cada uma. Nelas, ressaltou-se a escandalização da corrupção, sendo que os estudos futuros deveriam investigar como a democracia e os desenhos institucionais interferem na transparência orçamentária dos países (Reis *et al.*, 2018), como os discursos da mídia afetam o capital reputacional e de mercado das organizações (Medeiros & Silveira, 2018), o mapeamento da corrupção eleitoral na arena pública (Moraes, Andion, & Pinho, 2017), os debates sobre a corrupção nas redes sociais (Paiva, Garcia, & Alcântara, 2017) e a imparcialidade da grande mídia (Gomes & Medeiros, 2019), dentre outras.

Em quinto lugar, com 5,6% das ocorrências, a categoria mensuração da corrupção se evidenciou pela dificuldade enfrentada pelos pesquisadores no sentido de encontrar e manipular os dados (por definição, a corrupção é intangível e oculta), bem como identificar e operacionalizar as variáveis necessárias para uma quantificação razoável das suas causas e efeitos sobre a economia e a sociedade como um todo, sendo essa a grande lacuna a ser explorada (Abramo, 2005; Carvalho, 2008; Marino *et al.*, 2016).

Ocupando a sexta posição, com 4,0% das frequências verificadas na amostra final sob análise, encontram-se os artigos dedicados à conceituação da corrupção. Como foi visto na primeira parte desta revisão sistemática, apesar de a corrupção ser um fenômeno observável em todo o mundo, essa ainda é uma questão controversa, sobretudo por envolver questões culturais e morais, sendo essas últimas mais “plásticas” ou mutáveis na história da Humanidade (Melgar, Rossi, & Smith, 2010; Power & González, 2003; Silva *et al.*, 2005).

Em sétimo lugar, a categoria revisão sistemática, com 0,8%, referiu-se aos artigos já descritos no segundo e no terceiro parágrafos desta seção. Enquanto Marani *et al.* (2018) sugeriram investigar se os servidores públicos comissionados são mais corruptos do que os servidores de carreira, Souza *et al.* (2019) recomendaram estudar os efeitos das reformas em curso pelo mundo voltadas para o combate à corrupção, por exemplo.

Encerrando este tópico, a oitava posição foi ocupada pelas categorias perfil/conduta dos agentes passivos e ativos da corrupção, bem como da qualidade da gestão, com 0,4% cada uma. Aqui, Sodré (2018) chamou a atenção para a escassez de pesquisas sobre comportamentos desviantes no setor público e Olivieri *et al.* (2018) sugeriram estudos focados na qualificação dos gestores públicos como forma de se diminuir a má gestão dos recursos públicos.

A agenda internacional

No início do Século XXI, a revisão sistemática realizada por Jain (2001) já alertava que a corrupção precisava ser estudada como um fenômeno interdisciplinar, fazendo *links* conceituais com outros fenômenos sociais e também aproveitando as futuras melhorias nas técnicas de medição da própria corrupção e da governança, visando dar mais precisão aos achados anteriores.

Como sugestões para pesquisas futuras, Jain (2001) apontou ainda para a necessária distinção entre o envolvimento do Governo na economia e a correspondente interação com três determinantes políticos da corrupção: *i*) posse de poder discricionário na alocação de recursos; *ii*) obtenção de vantagens econômicas junto aos detentores do poder discricionário; e *iii*)

percepção de baixa probabilidade de detecção, investigação e punição (utilidade líquida da corrupção). Ainda segundo aquele autor, as agendas futuras dos pesquisadores deveriam incluir as relações entre tipos de corrupção e regimes de governo, fatores culturais subjacentes à aceitação ou intolerância à corrupção, modelagem da corrupção em todos os níveis (micro, meso e macro), as razões para a perpetuação da corrupção e também mecanismos ou estratégias de combate à corrupção, dentre outras.

Como um dos frutos de uma revisão da literatura sobre a corrupção e a governança no setor público, Monteduro, Hinna e Moi (2016) recomendaram estudos mais aprofundados sobre a formação dos conselhos diretores das empresas públicas, a qualificação dos seus membros e suas atuações no combate à corrupção.

López-Iturriaga e Sanz (2018), baseando-se em dados sobre crescimento econômico e comportamento do mercado imobiliário colhidos na Espanha, desenvolveram um modelo baseado em redes neurais capaz de prever casos de corrupção até três anos antes de eles serem efetivamente detectados, tendo sugerido a sua aplicação em outros países.

Com relação à corrupção nos países emergentes, Cintra, Cassol, Ribeiro e Carvalho (2018) fizeram uma revisão dos artigos mais citados na base *Scopus* e pontuaram que, naqueles que focaram na administração pública, foram sugeridas pesquisas longitudinais sobre a aplicação de recursos nos sistemas de saúde e a disponibilização de assistência médica à população, causas da ineficiência na administração pública, custos totais da influência política nos bancos estatais, criação de modelos para avaliar a relação entre o nível de competição política e o grau de corrupção e também sobre o impacto da publicização na melhoria da qualidade dos políticos, na redução da corrupção e para a implementação de melhorias nas políticas públicas.

Em uma revisão sistemática recente sobre a corrupção dentro do escopo do comércio internacional, Bahoo, Alon e Paltrinieri (2019) destacaram sete agendas de pesquisa em curso no mundo: *i*) a legislação contra a corrupção; *ii*) os determinantes da corrupção; *iii*) o combate à corrupção; *iv*) o efeito da corrupção nas empresas; *v*) o ambiente político e a corrupção; *vi*) a corrupção como um desafio às teorias de gestão; e *vii*) o efeito da corrupção no investimento estrangeiro direto e no comércio.

Moisé (2020) argumentou que o estudo da corrupção seria enriquecido com uma maior coordenação das pesquisas qualitativas e quantitativas, bem como por um olhar mais atento a setores específicos da economia, a exemplo da indústria petrolífera. O caso recente da Petrobras, dissecado pela Operação Lava Jato, tem sido emblemático nesse sentido.

Ao pesquisar a corrupção em bancos, Bahoo (2020) encontrou vinte sugestões de agendas para pesquisa, sendo que as mais recentes dizem respeito à concessão de empréstimos pelos bancos estatais tanto para a iniciativa privada quanto para empresas públicas, quais tipos de *frameworks* poderiam ser aplicados às economias em desenvolvimento, emergentes ou desenvolvidas, quais *benchmarkings* poderiam ser feitos entre bancos nacionais e estrangeiros no que concerne ao combate à corrupção e, por último, sobre quais mecanismos e estruturas poderiam mitigar ou eliminar os riscos de fraude em canais como o *mobile banking* e as compras *online*.

Encerrando esta seção, é relevante observar que, em tempos de COVID-19 e alinhando-se ao alerta dado pela Transparência Internacional (2020a) acerca do alto risco de corrupção nas transações comerciais envolvendo medicamentos e equipamentos médicos neste momento, Mackey e Cuomo (2020) lembraram inicialmente que o mercado mundial dos serviços de saúde tem gastos anuais estimados em 7,5 trilhões de dólares, dos quais a corrupção e outras perdas desviam cerca de 6,2% do montante. Prosseguindo, aqueles autores sugeriram estudos acerca da utilização de tecnologias digitais nas licitações eletrônicas no setor da saúde, o que pode ser uma importante forma de prevenção, controle e combate à corrupção.

Considerações finais

Esta revisão sistemática foi construída a partir de outras duas encontradas em periódicos nacionais classificados nos estratos A2, B1 e B2 do sistema Qualis/CAPES, triênio 2013-2016, bem como por mais um *working paper* publicado nos Anais do EnANPAD de 2018. Como principal limitação, a qual não desmerece o trabalho realizado e que deverá ser suprida futuramente, recomenda-se pesquisar o tema corrupção no setor público com mais profundidade nas bases científicas tradicionais (*Web of Science*, *Scopus* etc.) e, de maneira mais acurada e específica, em periódicos com alto fator de impacto como *Administrative Science Quarterly*, *Public Administration Review* e *Journal of Public Administration Research and Theory*. Outra limitação a ser considerada é que vários artigos analisados não puderam ser claramente categorizados, de forma que o modelo mental e o julgamento deste pesquisador podem ter viesado os menores percentuais apresentados na Figura 1 (p. 7), ou seja, da categoria mensuração em diante. Um trabalho feito por dois ou mais pesquisadores, e seguindo os mesmos procedimentos metodológicos aqui adotados, poderia refinar os percentuais aqui relatados.

Somando-se as sugestões nacionais e internacionais mais recentes (a partir de 2015) selecionadas na literatura analisada, chegou-se a um rol de aproximadamente cinquenta agendas de pesquisa diferentes, fato esse que aponta que o fenômeno corrupção apresenta um vasto campo para estudos, sobretudo os de natureza multidisciplinar.

A partir deste trabalho e comparando-se todas as agendas nacionais nele relacionadas, confirmou-se uma maior concentração de pesquisas envolvendo a prevenção, o controle e o combate à corrupção, o que também pareceu ir ao encontro das poucas agendas internacionais aqui mencionadas. De maneira geral, pareceu haver fortes indícios de que os direcionadores listados por Bahoo *et al.* (2019) (vide o quarto parágrafo da página 10), desde que feitas as devidas adequações, possam fomentar pesquisas relevantes no contexto da administração pública.

Caso os futuros pesquisadores queiram enveredar por agendas mais próximas das últimas transformações experimentadas pela sociedade contemporânea, recomendam-se estudos mais profundos acerca do uso das tecnologias digitais (*machine learning*, *blockchain*, etc.) no combate à corrupção, sobretudo em relação às compras governamentais direcionadas à saúde, educação e segurança, para as quais se carregam vultosas somas do orçamento público.

Por fim, e como contribuição original deste pesquisador, sugere-se a investigação da relação hipoteticamente positiva entre os aditivos contratuais, tão comuns nas licitações públicas brasileiras, e a corrupção, tema esse que não foi encontrado em nenhum dos 175 artigos nacionais analisados.

Referências bibliográficas

- Abramo, C. W. (2005). Percepções pantanosas: A dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos CEBRAP*, (73), 33–37. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300003>
- Aranha, A. L. M. (2017). Accountability, corruption and local government: Mapping the control steps. *Brazilian Political Science Review*, 11(2). <https://doi.org/10.1590/1981-3821201700020004>
- Arantes, V. A., Gusmão, I. B., & Costa, M. C. (2019). Análise do relatório de guidance em empresas investigadas pela Polícia Federal: Exame sob a perspectiva do gerenciamento de impressões. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 1–13. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.148176>
- Aristóteles. (2009). *Sobre a geração e a corrupção*. *Aristóteles: Obras completas*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Avritzer, L., Bignotto, N., Guimarães, J., & Starling, H. M. M. (Orgs.). (2012). *Corrupção: Ensaio e críticas* (2ª ed). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bahoo, S. (2020). Corruption in banks: A bibliometric review and agenda. *Finance Research*

- Letters*, (October 2019), 101499. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2020.101499>
- Bahoo, S., Alon, I., & Paltrinieri, A. (2019). Corruption in international business: A review and research agenda. *International Business Review*, (November), 101660. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2019.101660>
- Batista, M. (2013). Incentivos da dinâmica política sobre a corrupção: Reeleição, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 87–106. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200006>
- Bonifácio, R. (2013). A afeição dos cidadãos pelos políticos mal-afamados: Identificando os perfis associados à aceitação do “rouba, mas faz” no Brasil. *Opinião Pública*, 19(2), 320–345. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200004>
- Bonifácio, R., & Fuks, M. (2017). Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: Diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política. *Revista de Sociologia e Política*, 25(63), 27–52. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256302>
- Bonifácio, R., & Ribeiro, E. (2016). Corrupção e participação política no Brasil: Diagnósticos e consequências. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (20), 7–42. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162001>
- Brei, Z. A. (1996). Corrupção: Dificuldades para definição e para um consenso. *Revista de Administração Pública*, 30(1), 64–77. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8128/6943>
- Budsaratragoon, P., & Jitmaneeoj, B. (2020). A critique on the Corruption Perceptions Index: An interdisciplinary approach. *Socio-Economic Planning Sciences*, 70(May 2018), 100768. <https://doi.org/10.1016/j.seps.2019.100768>
- Bueno, R. L. P., Breláz, G. de, & Salinas, N. S. C. (2016). Administração pública brasileira no século 21: Seis grandes desafios. *Revista do Serviço Público*, 67, 7–28.
- Caldas, O. V., Costa, C. M., & Pagliarussi, M. S. (2016). Corrupção e composição dos gastos governamentais: Evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 237–264. <https://doi.org/10.1590/0034-7612140185>
- Campos, F. de A. O., Castelar, I., & Soares, R. B. (2018). Fatores associados à corrupção municipal em transferências de recursos da União. *Nova Economia*, 28(3), 879–911. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3050>
- Carvalho, A. G. de. (2008). The effect of institutional development on the growth of Brazilian firms. *Revista Brasileira de Economia*, 62(4), 451–456. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402008000400004>
- Cintra, R. F., Cassol, A., Ribeiro, I., & Carvalho, A. O. de. (2018). Corruption and emerging markets: Systematic review of the most cited. *Research in International Business and Finance*, 45(November 2016), 607–619. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2017.07.177>
- Feres Júnior, J., & Sassara, L. de O. (2016). Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(02), 204–225. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600020011>
- Ferreira, M., Carreira, H., Li, D., & Serra, F. (2016). The moderating effect of home country corruption on the host country’s ability to attract FDI. *Brazilian Business Review*, 13(4), 94–117. <https://doi.org/10.15728/bbr.2016.13.4.5>
- Fonseca, T. do N. (2019). Nem indicação política, nem cooperação: A importância da autonomia do TCU no controle de recursos públicos federais transferidos aos municípios. *Dados*, 62(3), 1–52. <https://doi.org/10.1590/001152582019184>
- Freitas Júnior, L. R., & Medeiros, C. R. de O. (2018). Estratégias de racionalização da corrupção nas organizações: Uma análise das declarações de acusados em casos de corrupção no Brasil. *Revista de Ciências da Administração*, 8–23.

- <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018v20n50p8>
- Garcia, L. M., & Teodósio, A. dos S. de S. (2020). Análise de limites dos sistemas de contabilidade e controle para o enfrentamento do problema da corrupção sistêmica no Brasil: Lições dos casos da Suécia e da Itália. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 79–98. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180115>
- Gomes, T. G., & Medeiros, C. R. de O. (2019). Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: A operação Lava-Jato nas interpretações da Veja e Carta Capital. *Organizações & Sociedade*, 26(90), 457–485. <https://doi.org/10.1590/1984-9260904>
- Gonçalves, V. B., & Andrade, D. M. (2019). A corrupção na perspectiva Durkheimiana: Um estudo de caso da Operação Lava Jato. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 271–290. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180192>
- Heidenheimer, A. J. (1970). Perspectives on perception of corruption. In A. J. Heidenheimer (Org.), *Political corruption: Readings in comparative analysis* (p. 18–28). New York, NY: Holt, Rinehart and Winston.
- Heidenheimer, A., & Johnston, M. (2007). *Political corruption: Concepts & contexts*. (A. J. Heidenheimer & M. Johnston, Orgs.) (3^o ed). New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Huntington, S. P. (1968). *Political order in changing societies*. New Haven, CT: Yale University Press.
- International Monetary Fund. (2016). *Corruption: Costs and mitigating strategies. Staff Discussion Notes* (Vol. 16). <https://doi.org/10.5089/9781513594330.006>
- Jain, A. K. (2001). Corruption: A review. *Journal of Economic Surveys*, 15(1), 71–121. <https://doi.org/10.1111/1467-6419.00133>
- Kimura, H., Kayo, E. K., Perera, L. C. J., & Kerr, R. B. (2012). Estudo da influência da governança corporativa e do ambiente institucional dos países na lucratividade das empresas. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 9(2). <https://doi.org/10.4013/base.2012.92.01>
- Klein, R. H., Klein, D. C. B., & Luciano, E. M. (2019). Ampliação da transparência de dados abertos governamentais: A percepção dos observatórios sociais brasileiros. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(1), 8–36. <https://doi.org/10.19094/contextus.v17i1.32834>
- Klitgaard, R. (1988). *Controlling corruption*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Leff, N. H. (1964). Economic development through bureaucratic corruption. *American Behavioral Scientist*, 8(3), 8–14. <https://doi.org/10.1177/000276426400800303>
- Lima, L. V. de A., Rufino, M. A., & Machado, M. R. (2019). Criando dificuldades para vender facilidades: Corrupção, burocracia e crescimento corporativo no Mercosul. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 64–74. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.158324>
- Lima, S. H. de O., Freitas, G. A. de, Oliveira, M. C., & Leocádio, Á. L. (2018). A influência de fatores institucionais sobre a divulgação de informações socioambientais na América Latina. *Revista Universo Contábil*, 14(3), 89–111. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/53357>
- Lopes Júnior, E. P., Câmara, S. F., Rocha, L. G., & Brasil, A. (2018). Influência da corrupção nos gastos das empresas estatais. *Revista de Administração Pública*, 52(4), 695–711. <https://doi.org/10.1590/0034-7612173631>
- López-Iturriaga, F. J., & Sanz, I. P. (2018). Predicting public corruption with neural networks: An analysis of Spanish provinces. *Social Indicators Research*, 140(3), 975–998. <https://doi.org/10.1007/s11205-017-1802-2>
- Loureiro, M. R., Abrucio, F. L., Olivieri, C., & Teixeira, M. A. C. (2012). Do controle interno ao controle social: A múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos*

- Gestão Pública e Cidadania*, 17(60), 54–67. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v17n60.3980>
- Macedo, S. V., & Valadares, J. L. (2018). Desvendando a pesquisa sobre corrupção no Brasil: Caracterização geral da produção acadêmica nos últimos dez anos (2008-2017). In *EnANPAD 2018* (Vol. 1488, p. 1–17). Curitiba-PR: ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.
- Mackey, T. K., & Cuomo, R. E. (2020). An interdisciplinary review of digital technologies to facilitate anti-corruption, transparency and accountability in medicines procurement. *Global Health Action*, 13(sup1), 1695241. <https://doi.org/10.1080/16549716.2019.1695241>
- Marani, S. C. Z., Brito, M. J. de, Souza, G. C. de, & Brito, V. da G. P. (2018). Os sentidos da pesquisa sobre corrupção. *Revista de Administração Pública*, 52(4), 712–730. <https://doi.org/10.1590/0034-7612175197>
- Marcelo, C., & Barros, E. (2019). Efeito contágio da operação carne fraca sobre o valor das ações dos principais players do mercado de proteínas do Brasil e do México. *Enfoque Reflexão Contábil*, 38(1), 105–122. Recuperado de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/39966>
- Marino, P. de B. L. P., Soares, R. A., Luca, M. M. M. De, & Vasconcelos, A. C. de. (2016). Indicadores de governança mundial e sua relação com os indicadores socioeconômicos dos países do Brics. *Revista de Administração Pública*, 50(5), 721–744. <https://doi.org/10.1590/0034-7612144359>
- Matos, T. C. C. (2015). Controle democrático de políticas públicas e luta anticorrupção: A experiência da Força Tarefa Popular. *Revista Políticas Públicas*, 18(2), 385. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v18n2p385-397>
- McMullan, M. (1961). A theory of corruption. *The Sociological Review*, 9(2), 181–201. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1961.tb01093.x>
- Medeiros, C. R. de O., & Freitas Júnior, L. R. de. (2019). Padrões discursivos sobre corrupção. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13(e152220), 1–13. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/152220>
- Medeiros, C. R. de O., & Silveira, R. A. da. (2018). A Petrobrás nas teias da corrupção: Mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(31), 11–20. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134817>
- Melgar, N., Rossi, M., & Smith, T. W. (2010). The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others? *Economia Aplicada*, 14(2), 183–198. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502010000200004>
- Miari, R., Mesquita, J., & Pardini, D. (2015). Market efficiency and organizational corruption: Study on the impact on shareholder value. *Brazilian Business Review*, *bbrconf*(2015), 1–23. <https://doi.org/10.15728/bbrconf.2015.1>
- Miranda, L. F. (2018). Unificando os conceitos de corrupção: Uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (25), 237–272. <https://doi.org/10.1590/0103-335220182507>
- Moisé, G. M. (2020). Corruption in the oil sector: A systematic review and critique of the literature. *The Extractive Industries and Society*, 7(1), 217–236. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.01.002>
- Monteduro, F., Hinna, A., & Moi, S. (2016). Governance and corruption in the public sector: An extended literature review. In A. Hinna, L. Gnan, & Fa. Monteduro (Orgs.), *Governance and performance in public and non-profit organizations* (p. 31–51). Bingley, UK: Emerald Books. <https://doi.org/10.1108/S2051-663020160000005002>
- Moraes, R. L., Andion, C., & Pinho, J. L. (2017). Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4), 846–876.

- <https://doi.org/10.1590/1679-395154831>
- Nascimento, J. C. H. B. do, Macedo, M. A. da S., Siqueira, J. R. M. de, & Rabêlo Neto, A. (2019). Corrupção governamental e difusão do acesso à Internet: Evidências globais. *Revista de Administração Pública*, 53(6), 1011–1039. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170283>
- Nascimento, L. N. do. (2018). Mais capacidade estatal, menos corrupção? Uma análise para a América Latina (1996-2015). *Revista de Sociologia e Política*, 26(68), 95–120. <https://doi.org/10.1590/1678987318266806>
- Neves, F. R., Silva, P. B. da, & Carvalho, H. L. M. de. (2019). Artificial ladies against corruption: Searching for legitimacy at the Brazilian Supreme Audit Institution. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 31–50. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.158530>
- Nye, J. S. (1967). Corruption and political development : A cost-benefit analysis. *The American Political Science Review*, 61(2), 417–427. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/1953254>
- Oliveira Júnior, T. M., Da Costa, F. J. L., & Mendes, A. P. (2016). Perspectivas teóricas da corrupção no campo da administração pública brasileira: Características, limites e alternativas. *Revista do Serviço Público*, 67, 111–138.
- Olivieri, C., Martinelli, B., Massucatto, P., & Silva, C. B. (2018). Gestão municipal e corrupção na implementação de programas educacionais federais. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 169–179. <https://doi.org/10.1590/0034-7612171081>
- Paiva, A. L. de, Garcia, A. S., & Alcântara, V. de C. (2017). Disputas discursivas sobre corrupção no Brasil: Uma análise discursivo-crítica no Twitter. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(5), 627–647. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160163>
- Pessegueiro, D. M., Ferreira, M. P., Reis, N. R., & Pinto, C. F. (2018). O impacto da corrupção arbitrária e generalizada nos influxos de IDE e o efeito moderador da distância de corrupção: Evidências da América Latina. *Internext*, 13(1), 50. <https://doi.org/10.18568/1980-4865.13150-62>
- Power, T. J., & González, J. (2003). Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: Uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista de Sociologia e Política*, (21), 51–69. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000200005>
- Power, T. J., & Jamison, G. D. (2005). Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, 11(1), 64–93. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100003>
- Raupp, F. M., & Gomes de Pinho, J. A. (2013). Accountability em câmaras municipais: Uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração*, 48(4), 770–782. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n4/11.pdf>
- Reis, A. D. O., Almeida, F. M. de, & Ferreira, M. A. M. (2018). Relações entre corrupção percebida e transparência orçamentária: Um estudo com abordagem cross-national. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(37), 158–177. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n37p158>
- Rodrigues, A. de C., & Rodrigues, S. B. (2019). Riqueza mineral, instituições fracas e clientelismo: A maldição dos recursos naturais nos governos locais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 1–21. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.153089>
- Rose-Ackerman, S. (1975). The economics of corruption. *Journal of Public Economics*, 4(2), 187–203. [https://doi.org/10.1016/0047-2727\(75\)90017-1](https://doi.org/10.1016/0047-2727(75)90017-1)
- Rose-Ackerman, S. (1978). *Corruption: A study in political economy*. New York, NY: Academic Press.
- Rose-Ackerman, S., & Palifka, B. J. (2016). *Corruption and government: Causes, consequences, and reform* (2º ed). New York, NY: Cambridge University Press.

- Santos, R. A. dos, Guevara, A. J. de H., & Amorim, M. C. S. (2013). Corrupção nas organizações privadas: Análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. *Revista de Administração*, 48(1), 53–66. <https://doi.org/10.5700/rausp1073>
- Santos, N., Pereira, L., & Rodrigues, D. (2018). Relationship between performance of the FUNDEB municipal board and active and passive waste. *Brazilian Business Review*, 15(5), 460–474. <https://doi.org/10.15728/bbr.2018.15.5.4>
- Schmidt, P., Martins, M. A. dos S., Santos, J. L. dos, & Kloeckner, G. de O. (2018). Impactos das Zelotes nas ações das empresas envolvidas. *Revista de Administração FACES*, 17(2), 113–133. <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2018V17N2ART5378>
- Silva, A. M. C. da, Santos, P. R. P., & Ribeiro, C. de M. de A. (2019). Influência da corrupção agregada no desenvolvimento social e na geração de riqueza dos países do Mercosul. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 75–85. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.158512>
- Silva, M. (1994). Corrupção: Tentativa de uma definição funcional. *Revista de Administração Pública*, 28(1), 18–23. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8381/7155>
- Silva, P. J., Pereira, M. C., Brito, M. J. de, & Capelle, M. C. A. (2005). A ação corrupta em uma organização multinacional: Uma análise sob a ótica da abordagem construcionista. *REAd*, 48(11). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/40614/25828>
- Sodré, A. C. de A., & Alves, M. F. C. (2010). Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no Brasil: Estudo dos relatórios do programa de fiscalização da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(3), 414–433. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552010000300003>
- Sodré, R. J. M. (2018). Sobre corruptos, corrompidos e culpados: Relatos de servidores públicos sobre práticas de corrupção. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(31), 21. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134465>
- Souza, F. J. de, Midlej e Silva, S. de A., & Gomes, A. de O. (2019). Corrupção no setor público: Agenda de pesquisa e principais debates a partir da literatura internacional. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(3), 1–18. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5640>
- Tanzi, V. (1998). *Corruption around the world: Causes, consequences, scope, and cures*. Recuperado de <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9863.pdf>
- Transparência Internacional. (2020a). First response: Procure medical supplies at any cost (and risk). Recuperado em 12 de maio de 2020, de https://www.transparency.org/news/feature/first_response_procure_medical_supplies_at_any_cost_and_risk
- Transparência Internacional. (2020b). *Índice de percepção da corrupção 2019*. Berlin. Recuperado de <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/67:indice-de-percepcao-da-corrupcao-2019?stream=1>
- Transparência Internacional. (2020c). What is corruption ? Recuperado em 5 de abril de 2020, de <https://www.transparency.org/en/what-is-corruption>